

Certificação legal das contas

1 — *Introdução.* — Examinámos as demonstrações financeiras da Público — Comunicação Social, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1995, a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2 752 532 contos e um total de capital próprio de 757 244 contos, incluindo um resultado líquido negativo de 683 048 contos.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito.* — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

i) A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela direcção, utilizados na preparação das demonstrações financeiras;

ii) A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; e

iii) A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião.* — Em nossa opinião as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Público — Comunicação Social, S. A., em 31 de Dezembro de 1995, e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

7 — *Ênfases.* — Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para as seguintes situações:

As contas foram preparadas com base no princípio da continuidade de operações, o que pressupõe a rentabilidade futura decorrente da exploração da actividade, conforme explicitado no relatório da direcção;

Conforme referido no relatório da direcção a sociedade encontra-se envolvida em diversos processos fiscais e judiciais. Não existe informação que permita avaliar os riscos associados aos processos referidos e consequentemente o seu possível efeito nas demonstrações financeiras do presente exercício.

Porto, 1 de Fevereiro de 1996. — Boto, Amorim & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *José Luis dos Santos Lima Amorim*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 13 da assembleia geral ordinária

Aos 25 dias de Março de 1996, pelas 10 horas e 30 minutos, reuniu nas instalações da sociedade sitas à Rua João de Barros, 265, no Porto, a assembleia geral ordinária da Público — Comunicação Social, S. A. Na ausência da presidente da mesa da assembleia geral, Dr.ª Luzia Gomes Ferreira, assumiu a presidência da mesa a vice-presidente,

Dr.ª Anabela Nogueira de Matos, tendo como secretário o Dr. Francisco Manuel Rubio Pepino.

Encontravam-se presentes, por si ou por representante, os accionistas que assinaram a lista de presenças elaborada em conformidade com o disposto no artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, que eram possuidores de mais de 50% do capital da sociedade. Além dos referidos accionistas encontrava-se presente o presidente do conselho geral, Dr. António Carlos Vaz Pinto de Sousa, o presidente da direcção, Dr. Luís Filipe Medeiros Cravo Ribeiro, bem como o director eng. José Manuel Marquitos de Abreu Ferreira, e o revisor oficial de contas efectivo, Dr. José Luís dos Santos Amorim, tendo os restantes membros do conselho geral, bem como da direcção, justificado a sua falta por impedimento profissional.

A assembleia foi convocada nos termos legais, encontrando-se cumpridas, em consequência, as disposições pertinentes em matéria de publicitação.

A referida convocatória conjuntamente com a lista de presenças, cartas de comunicação de presença na assembleia, cartas de representação, propostas apresentadas, por escrito no prazo legal, no caso das apresentadas pela direcção, e na assembleia nos restantes casos, depois de rubricadas pelo presidente da mesa da assembleia ficam arquivadas no expediente desta assembleia.

Ficam também a constar do referido expediente o relatório de gestão e os demais documentos de prestação de contas da direcção, assim como o relatório do conselho geral e certificação legal das contas.

A presidente da mesa após conferir todo o expediente da assembleia, declarou encontrar-se a assembleia regularmente convocada e constituída para deliberar sobre os assuntos que integram a ordem do dia e, consequentemente, declarou aberta a sessão.

De imediato deu por aberto o ponto 1 da ordem de trabalhos relativo à apresentação do relatório do conselho geral, tendo sido posto à disposição dos accionistas o referido relatório de actividade.

Como nenhum accionista quisesse usar da palavra e após a leitura do relatório do conselho geral, a presidente da mesa da assembleia geral deu por encerrado o ponto um, passando de seguida ao ponto 2 da ordem de trabalhos, e leu a seguinte proposta apresentada pela direcção:

Conforme consta do relatório e contas, os resultados líquidos do exercício foram negativos no montante de 683 047 780\$50.

Nos termos legais e estatutários, a direcção propõe que os resultados apurados passem para resultados transitados.

Admitida a proposta, como nenhum accionista quisesse usar da palavra, foi a proposta posta em votação e aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, como nenhum outro assunto houvesse a tratar foi encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta que, depois de lida, vai ser assinada pelos membros da mesa em sinal de conformidade.

(Sem assinaturas.)

3000217841

PORTO — 3.ª SECÇÃO

EFACEC — EMPRESA FABRIL DE MÁQUINAS ELÉCTRICAS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção). Matrícula n.º 13 298/511130; identificação de pessoa colectiva n.º 500091480; inscrição n.º 24; número e data da apresentação: 4/15 de Maio de 1996.

Ana Mafalda Magalhães Basto, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção):

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, do ano de 1995.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (3.ª Secção), 23 de Maio de 1996. — A Primeira-Ajudante, *Ana Mafalda Magalhães Basto*.

Relatório e contas de 1995

Principais indicadores da evolução da EFACEC — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, nos últimos anos

(Em milhares de contos)

	1991	1992	1993	1994	1995
Encomendas recebidas	22 712	22 680	18 568	20 259	22 061
Encomendas em carteira	17 350	19 583	18 120	18 215	17 638
Vendas	20 420	20 546	20 355	20 307	22 797
Resultados antes de impostos	1 340	1 393	1 629	1 013	36
Resultado líquido	913	893	1 203	723	21
Cash-flow	1 663	1 243	2 002	1 416	1 125
Dividendos	639	702	600	450	—
Capital social	3 750	3 750	3 750	7 500	7 500
Fundos próprios	9 895	10 057	11 748	13 910	13 448
Empréstimos totais	2 722	3 124	4 811	4 520	4 812
Activo total	21 660	23 899	27 095	30 903	30 418
Imobilizado bruto	14 940	18 285	22 438	25 009	26 010
Imobilizado líquido	9 104	11 500	15 242	17 250	17 391
Pessoal — efectivos em 31 de Dezembro	1 648	1 561	1 512	1 474	1 459

A partir do exercício de 1994 a empresa passou a utilizar nas suas contas o critério da equivalência patrimonial, prática que vem introduzir algumas alterações no cálculo do valor do *cash-flow* anual. Os valores agora indicados para 1994 e para 1995 já são calculados de acordo com esta nova modalidade.

Relatório do conselho de administração

A Efaced — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S. A., tem nas suas actividades duas vertentes distintas:

Uma actividade industrial, no sector dos bens de equipamento eléctricos, que adiante designaremos por Energia;

Um importante lote de participações financeiras, fundamentalmente em empresas industriais com actividades afins, constituindo assim este conjunto o Grupo Efaced, do qual a empresa é a sociedade-mãe.

As empresas participadas dividem-se em:

23 empresas afiliadas, nas quais as participações da Efaced EFME são superiores a 50%;

Três empresas associadas, nas quais as participações vão de 20% a 50%.

Este relatório refere-se unicamente à Efaced EFME.

Áreas de actividade

Os produtos e sistemas que integram as actividades da Área Energia, incluída na Efaced EFME, resumem-se como segue:

Produção de equipamentos:

- Transformadores de grande potência;
- Transformadores de distribuição;
- Transformadores de medida de média e alta tensão;
- Aparelhagem de corte e seccionamento de média e alta tensão;
- Quadros normalizados de média e baixa tensão.

Estudo, projecto e montagem de sistemas de média e alta tensão em:

- Centrais eléctricas;
- Subestações;
- Grandes edifícios públicos e industriais;
- Infra-estruturas de transportes, águas e telecomunicações.

A conjuntura económica

As empresas do Grupo Efaced inserem-se no sector dos bens de equipamento, no qual se constatou a manutenção em 1995 de um clima recessivo, praticamente generalizado a todo o sector industrial português. Em particular no que respeita à produção e distribuição de energia eléctrica, não houve alteração sensível nos níveis de investimento ligados aos grandes equipamentos que constituem uma das áreas mais importantes de negócio do Grupo.

Apesar desta situação geral desfavorável, a Energia aumentou o seu volume de negócios no mercado interno.

Embora o montante das encomendas recebidas em 1995 tenha sofrido uma evolução da ordem dos 8%, foi registado já neste 1.º trimestre de 1996 um volume significativo de encomendas importantes no sector dos grandes transformadores, tanto para o mercado externo como para o mercado interno.

A empresa continuou a desenvolver fortemente a sua implantação nos mercados internacionais, através de um investimento técnico-comercial significativo em zonas geográficas prioritárias.

A criação de algumas novas áreas nestes mercados veio fortalecer a rede comercial Energia; referimos nomeadamente, a criação da delegação na Arábia Saudita — que funcionará como centro coordenador da actividade nos países da zona do Golfo —, e o reforço da estrutura comercial da delegação de Macau, que coordena toda a actividade na área Ásia-Pacífico, sem esquecer o crescimento acentuado nos mercados da América do Sul e Central e finalmente a criação de uma rede de distribuidores de equipamento eléctrico em França.

Encomendas

Os montantes de encomendas recebidas nos últimos três anos apresentam-se como segue:

(Em milhares de contos)

	1993	1994	1995
Mercado interno	15 348	12 947	14 739
Mercados externos	3 220	7 312	7 322
<i>Totais</i>	18 568	20 259	22 061

Estes elementos traduzem uma evolução da ordem dos 14% no mercado interno, o que é positivo quanto à dinâmica nesta zona.

Nos mercados externos manteve-se um montante idêntico ao do ano anterior, apesar de em 1995 não se terem registado encomendas de valor unitário tão importante como aquela que foi obtida na Tunísia em 1994 (2,5 milhões de contos).

Salienta-se o efeito fortemente negativo para a empresa decorrente da importante desvalorização do dólar americano, sobretudo em encomendas para os mercados asiáticos.

Refira-se ainda que, em mercados considerados de grande interesse estratégico, a empresa decidiu aceitar encomendas de introdução a níveis de preço consideravelmente reduzidos.

Vendas

Os valores das vendas realizadas nos três últimos exercícios são os seguintes:

(Em milhares de contos)

	1993	1994	1995
Mercado interno	16 441	16 157	17 418
Mercados externos	3 914	4 150	5 379
<i>Totais</i>	20 355	20 307	22 797

Nestes números merece destaque a evolução de + 30% nas vendas à exportação, montantes estes que, tal como nas encomendas, sofreram o efeito negativo do comportamento da cotação do dólar americano.

Encomendas em carteira

Em 1993 — 18 120 milhares de contos;
Em 1994 — 18 215 milhares de contos;
Em 1995 — 17 638 milhares de contos.

Resultados e cash-flow

Os três exercícios em análise, apresentam os seguintes números:

	(Em milhares de contos)		
	1993	1994	1995
Resultados correntes	1 386	875	(100)
Resultados extraordinários	243	138	137
Resultados antes de impostos	1 629	1 013	36
Resultados líquidos	1 203	723	21
Cash-flow	2 002	1 653	1 125

Encomendas e vendas

No que concerne às actividades para o mercado nacional em 1995, é de destacar a continuação da confiança dos principais clientes, que se traduziu:

Em importantes encomendas da EDP para a Rede Nacional de Transporte e Distribuição, quer de transformadores quer de quadros de média tensão e de aparelhagem de alta tensão;

Para a EPAL, em encomendas para a remodelação do sistema de gestão da Estação de Tratamento de Águas de Asseiceira e para a telegestão das estações elevatórias na zona do Médio Tejo;

Para a CP — Caminhos de Ferro Portugueses, na encomenda da Subestação de Tração da Cruz Quebrada, bem como o prosseguimento de fornecimentos para a sua rede de tração.

No que se refere aos mercados externos e como acontecimentos mais salientes, citam-se:

As primeiras encomendas de grandes transformadores para as Filipinas, num total de 620 MVA;

Também para a Etiópia foi registada uma importante encomenda de transformadores, totalizando 380 MVA;

Para a Tailândia, foi obtida uma encomenda de nove transformadores de 50 MVA, que veio a ser registada já em Janeiro de 1996;

Para a Argentina foi registada uma encomenda de duas subestações móveis;

Finalmente foi consolidada a presença Efavec Energia nos Emirados Árabes Unidos, com destaque para um conjunto de encomendas abrangendo 390 postos de transformação compactos para o Dubai.

Investimentos

Os investimentos em 1995 foram da ordem de 1,1 milhões de contos. É de assinalar o início da construção da nova fábrica de transformadores na China, pertencente à associada Liaoyang — Efavec Electrical Equipment Co, Ltd.

No decurso de 1995 concluíram-se importantes investimentos de remodelação na fábrica dos equipamentos de média tensão, não só em meios de produção como ainda em desenvolvimento de novos produtos.

Em 1995 o Grupo Efavec realizou 85 sessões de formação, envolvendo 560 pessoas, das quais 200 pertenciam aos quadros da Efavec — EFME, com uma duração total de 63 000 horas/homem.

Situação financeira

A evolução dos indicadores financeiros dos últimos três anos é a seguinte:

	(Em percentagem)		
	1993	1994	1995
Autonomia financeira — capitais próprios/(activo — adiantamentos)	48,00	50,00	49,00

(Em percentagem)

	1993	1994	1995
Endividamento — empréstimos/(capitais próprios+empréstimos)	26,00	25,00	26,00
Cobertura do imobilizado — capitais permanentes/imobilizado líquido	0,88	0,83	0,82

A empresa manteve as ordens de grandeza dos seus indicadores financeiros, apesar dos factores negativos que influenciaram o exercício do ano de 1995 e que conduziram a um resultado líquido perto do ponto de equilíbrio.

A exiguidade deste resultado líquido não permitirá ao conselho de administração qualquer proposta de distribuição de dividendos, situação que se crê será ultrapassada em 1996.

Já no decorrer do exercício de 1996, a sociedade adquiriu 497 700 acções próprias, pelo valor de 634 106 contos.

Conjuntura bolsista

As cotações das acções Efavec em 1995 tiveram uma evolução negativa importante, cujos valores se traduzem como segue:

Cotação máxima — 2000\$;
Cotação média — 1607\$;
Cotação mínima — 1005\$;

A acção continuou, no entanto, a situar-se como um título de grande liquidez, tendo sido transaccionadas durante o exercício 4 360 782 acções; (58% do capital social) ou seja uma média de 18 170/dia.

Resultado de um ano difícil, no qual as perturbações cambiais foram factores importantes, é nossa convicção que a evolução prevista para o ano de 1996 virá corrigir muito sensivelmente o desajuste da conjuntura vivida em 1995.

Auditoria

Continua a verificar-se a colaboração da sociedade Price Waterhouse nos domínios da auditoria e da consultadoria, o que nos assegura a manutenção de um elevado nível de segurança e qualidade nos trabalhos de natureza contabilística e fiscal.

Nos termos da nova redacção do artigo 100.º do Código de Mercado de Valores Mobiliários, dada pelo Decreto-Lei n.º 261/95, de 3 de Outubro, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas César Gonçalves e João Rodrigues, membro do conselho fiscal, inscrito no registo da CMVM, passou a assegurar também as tarefas atribuídas ao auditor exterior.

Agradecimentos

É-nos grato registar que os clientes, fornecedores e banqueiros da Efavec continuam a demonstrar uma grande confiança nas capacidades da empresa, como o provam a importância e a complexidade frequente do que nos é confiado. Tal facto é razão para exprimirmos o nosso reconhecimento a todas estas entidades.

A direcção da empresa e os nossos colaboradores continuam, pela sua competência, dedicação e esforço, a assegurar um nível de desempenho com que nos congratulamos.

A mesa da assembleia geral e ao conselho fiscal, por toda a aplicação, esforço e competência de que uma vez mais deram prova no desempenho das respectivas funções, queremos igualmente deixar expressas a nossa apreciação e agradecimentos.

Proposta de aplicação de resultados

Depois de efectuadas as amortizações e reintegrações do imobilizado e constituídas as provisões consideradas necessárias, a conta de resultados apresenta um lucro líquido de 20 602 276\$80, para o qual se propõe a seguinte aplicação:

Reserva legal — 1 050 000\$;
Reservas livres — 19 552 276\$80.

Leça do Balio, 12 de Março de 1996. — O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancelerelle de Machete*.

Anexo ao relatório do conselho de administração

No cumprimento do disposto no artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais, os membros do conselho de administração e fiscalização comunicaram os movimentos abaixo discriminados e as quantidades detidas em 31 de Dezembro de 1995, de acções da sociedade:

Eng. Alfredo Jorge Nobre da Costa, adquiriu 69 812 acções. Detinha, em 31 de Dezembro de 1995, 221 812 acções.

Eng. José Ricardo Marques da Costa, adquiriu 7500 acções. Detinha, em 31 de Dezembro de 1995, 30 000 acções.

Eng. Guilherme Ricca Gonçalves, adquiriu 50 000 acções e vendeu 52 000 acções. Detinha em 31 de Dezembro de 1995, 222 563 acções.

Eng. Rui Gilberto Sabino Marques, detinha, em 31 de Dezembro de 1995, 1658 acções.

Dr. Rui de Faria Lélis, adquiriu 3500 acções e vendeu 364 acções. Detinha, em 31 de Dezembro de 1995, 5400 acções.

Eng. Fernando Pinto Oliveira, adquiriu 37 500 acções. Detinha, em 31 de Dezembro de 1995, 225 000 acções.

Dr. Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete, detinha, em 31 de Dezembro de 1995, 410 acções.

Dr. Rui de Carvalho, adquiriu 1313 acções e vendeu 7000 acções. Em 31 de Dezembro de 1995 não detinha acções.

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais informamos que o conselho de administração não tem conhecimento da existência de qualquer accionista que detenha, pelo menos, 10% do capital social.

O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*.

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 1995

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

Código das contas	1995			1994	
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido	
Imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
431	Despesas de instalação	587 183	382 603	204 580	250 078
432	Despesas de investimento e de desenvolvimento	800 312	239 961	560 351	357 204
433	Propriedade industrial e outros direitos	53 297	31 263	22 034	13 823
441/6	Imobilizações em curso	160 608	—	160 608	233 839
		<u>1 601 400</u>	<u>653 827</u>	<u>947 573</u>	<u>854 944</u>
Imobilizações corpóreas:					
421	Terrenos e recursos naturais	508 536	—	508 536	508 536
422	Edifícios e outras construções	7 177 196	3 520 201	3 656 995	3 446 290
423	Equipamento básico	6 005 603	2 616 817	3 388 786	3 368 319
424	Equipamento de transporte	1 159 323	656 386	502 937	565 673
425	Ferramentas e utensílios	491 923	330 060	161 863	194 055
426	Equipamento administrativo	1 270 885	841 947	428 938	364 009
441/6	Imobilizações em curso	241 134	—	241 134	646 196
		<u>16 854 600</u>	<u>7 965 411</u>	<u>8 889 189</u>	<u>9 093 078</u>
Investimentos financeiros:					
4111	Partes de capital em empresas do grupo	6 395 416	—	6 395 416	6 251 422
4121+4131	Empréstimos a empresas do grupo	1 031 961	—	1 031 961	958 511
4112	Partes de capital em empresas associadas	17 871	—	17 871	15 548
4113+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	109 047	—	109 047	76 689
		<u>7 554 295</u>	<u>—</u>	<u>7 554 295</u>	<u>7 302 170</u>
Circulante:					
Existências:					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	960 754	26 121	934 633	942 197
35	Produtos e trabalhos em curso	2 843 705	—	2 843 705	3 821 480
33	Produtos acabados e intermédios	243 331	—	243 331	258 830
32	Mercadorias	16 093	—	16 093	23 198
		<u>4 063 883</u>	<u>26 121</u>	<u>4 037 762</u>	<u>5 045 705</u>
Dívidas de terceiros — médio e longo prazos:					
252	Empresas do grupo	30 141	—	30 141	42 471
26	Devedores diversos	81 620	—	81 620	81 620
		<u>111 761</u>	<u>—</u>	<u>111 761</u>	<u>124 091</u>
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
211	Clientes, c/c	5 709 417	—	5 709 417	5 431 463
212	Cientes — títulos a receber	243 947	—	243 947	241 218
218	Cientes de cobrança duvidosa	271 858	178 095	93 763	123 059

(Em milhares de escudos)

Código das contas		1995		1994	
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
252	Empresas do grupo	749 093	—	749 093	818 753
253+254	Empresas participadas e participantes	23 503	—	23 503	23 503
251+255	Outros accionistas (sócios)	—	—	—	—
229	Adiantamentos a fornecedores	91 629	—	91 629	110 495
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	9 189	—	9 189	—
24	Estado e outros entes públicos	287 254	—	287 254	88 283
262/6/7/8+221	Outros devedores	272 048	—	272 048	299 350
		<u>7 657 938</u>	<u>178 095</u>	<u>7 479 843</u>	<u>7 136 504</u>
	Títulos negociáveis:				
1513/23+159/9	Outros títulos negociáveis	3	—	3	3
18	Outras aplicações de tesouraria	—	—	—	—
		<u>3</u>	<u>—</u>	<u>3</u>	<u>3</u>
	Depósitos bancários e caixa:				
12+13+14	Depósitos bancários	625 590	—	625 590	532 328
11	Caixa	31 215	—	31 215	18 806
		<u>656 805</u>	<u>—</u>	<u>656 805</u>	<u>551 134</u>
	Acréscimos e diferimentos:				
	Acréscimos de proveitos	—	—	—	—
	Custos diferidos	—	—	—	—
		<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>
	<i>Total das amortizações</i>		<u>8 619 238</u>		
	<i>Total das provisões</i>		<u>204 216</u>		
	<i>Total do activo</i>	<u>39 241 689</u>	<u>8 823 454</u>	<u>30 418 235</u>	<u>30 903 334</u>

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

Código das contas		1995		1994	
	Capital próprio:				
51	Capital	7 500 000	—	7 500 000	7 500 000
521	Acções (quotas) próprias — valor nominal	—	—	—	—
522	Acções (quotas) próprias — descontos e prémios	—	—	—	—
54	Prémios de emissão de acções	2 647 500	—	2 647 500	2 647 500
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	693 938	—	693 938	726 394
56	Reservas de reavaliação	203	—	203	203
	Reservas:				
571	Reservas legais	475 651	—	475 651	439 151
573	Reservas contratuais	131 890	—	131 890	131 890
574 a 579	Outras reservas	1 978 174	—	1 978 174	1 741 290
59	Resultados transitados	—	—	—	—
	<i>Subtotal</i>	<u>13 427 356</u>	<u>—</u>	<u>13 427 356</u>	<u>13 186 428</u>
88	Resultado líquido do exercício	20 602	—	20 602	723 383
	<i>Total do capital próprio</i>	<u>13 447 958</u>	<u>—</u>	<u>13 447 958</u>	<u>13 909 811</u>
	Passivo:				
	Provisões para riscos e encargos:				
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	—	—	—	—
	Dívidas a terceiros — longo prazo:				
231+12	Dívidas a instituições de crédito	749 265	—	749 265	1 190 023

(Em milhares de escudos)

Código das contas		1995	1994
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
231+12	Dívidas a instituições de crédito	4 063 303	3 329 935
221	Fornecedores, c/c	3 916 159	3 271 033
228	Fornecedores — facturas em recepção e conferência	288 484	348 570
252	Empresas do grupo	798 692	824 800
253+254	Empresas participadas e participantes	—	10 476
251+255	Outros accionistas (sócios)	5 425	6 196
219	Adiantamentos de clientes	3 132 041	2 941 479
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	27 093	7 389
24	Estado e outros entes públicos	611 517	713 492
262/3/4/5/7/8+211	Outros credores	668 366	876 229
		<u>13 511 080</u>	<u>12 329 599</u>
Acréscimos e diferimentos:			
273	Acréscimos de custos	690 392	702 080
274	Proveitos diferidos	2 019 540	2 771 821
	<i>Total do passivo</i>	<u>16 970 277</u>	<u>16 993 523</u>
	<i>Total do capital próprio e passivo</i>	30 418 235	30 903 334

O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — A Técnica de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 1995

CUSTOS E PERDAS

(Em milhares de escudos)

Código das contas		1995	1994
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:		
	Mercadorias	541 945	1 021 757
	Matérias	10 315 846	8 759 139
		<u>10 857 791</u>	<u>9 780 896</u>
62	Fornecimentos e serviços externos	4 508 319	4 223 996
	Custos com o pessoal:		
641+642	Remunerações	4 507 589	4 438 825
	Encargos sociais	1 363 625	1 407 448
		<u>5 871 214</u>	<u>5 846 273</u>
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	987 751	902 606
67	Provisões	21 413	—
		<u>1 009 164</u>	<u>902 606</u>
63	Impostos	33 232	19 255
65	Outros custos e perdas operacionais	129 545	154 095
		<u>162 777</u>	<u>173 350</u>
	(A)	22 409 265	20 927 121
682	Perdas em empresas do grupo e associadas	287 176	62 559
(2)	Juros e custos similares:		
	Relativos a empresas do Grupo	—	81 922
	Outros	912 166	841 696
		<u>912 166</u>	<u>923 618</u>
	(C)	23 608 607	21 913 298
69	Custos e perdas extraordinárias	15 334	84 152
	(E)	23 623 941	21 997 450
86	Impostos sobre o rendimento do exercício	15 400	290 000
	(G)	23 639 341	22 287 450
88	Resultado líquido do exercício	20 602	723 383
		<u>23 659 943</u>	<u>23 010 833</u>

PROVEITOS E GANHOS

(Em milhares de escudos)

Código das contas		1995		1994	
71	Vendas:				
	Mercadorias	602 071		1 100 364	
	Produtos	21 962 794		19 086 084	
72	Prestação de serviços	232 411	22 797 276	120 080	20 306 528
	Variação da produção		(980 360)		466 490
75	Trabalhos para a própria empresa		477 252		785 961
73	Proveitos suplementares	339 360		386 041	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	127 004	466 364	100 257	486 298
	(B)		22 760 532		22 045 277
782	Ganhos em empresas do Grupo e associadas	532 454		586 561	
784	Rendimentos de participações de capital	—		—	
7812/15/16+783	Rendim. de títulos negoc. e outras aplic. financeiras:				
	Outros	3 437		20	
	Outros juros e proveitos similares:				
7811/13/14/18+ 785/6/7/8	Outros	211 736	747 627	156 115	742 696
	(D)		23 508 159		22 787 973
79	Proveitos e ganhos extraordinários		151 784		222 860
	(F)		23 659 943		23 010 833
Resumo:					
	Resultados operacionais (B)–(A) =		351 267		1 118 156
	Resultados financeiros (D–B)–(C–A) =		(451 715)		(243 481)
	Resultados correntes (D)–(C) =		(100 448)		874 675
	Resultados antes de impostos (F)–(E) =		36 002		1 013 383
	Resultado líquido do exercício (F)–(G) =		20 602		723 383

O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — A Técnica de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira*.

Demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 1995

(Em milhares de escudos)

	1995	1994
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	24 705 189	21 364 010
Pagamentos a fornecedores	14 788 226	11 991 240
Pagamentos ao pessoal	5 893 057	5 703 051
Fluxo gerado pelas operações	4 023 906	3 669 719
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	— 261 351	— 292 006
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	— 2 318 389	— 2 309 085
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	1 444 166	1 068 628
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	7 886	27 217
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	4 965	71 704
<i>Fluxos das actividades operacionais (1)</i>	1 447 087	1 024 141
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	41 776	—
Imobilizações corpóreas	5 220	294 860
Imobilizações incorpóreas	—	—
Subsídios de investimento	—	196 310
Juros e proveitos similares	20 863	49 540
Dividendos	355 000	338 000
	422 859	878 710

(Em milhares de escudos)

	1995	1994
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	435 597	530 809
Imobilizações corpóreas	319 566	1 361 060
Imobilizações incorpóreas	15 425	—
	<u>770 588</u>	<u>1 891 869</u>
<i>Fluxos das actividades de investimento (2)</i>	<u>— 347 729</u>	<u>— 1 013 159</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes da:		
Empréstimos obtidos de médio e longo prazo	92 410	—
Empréstimos obtidos de curto prazo	694 519	821 126
Aumentos de capital prestações suplementares e prémios de emissão	—	1 312 500
Subsídios e doações	—	—
Venda de acções (quotas) próprias	—	—
Cobertura de prejuízos	—	—
	<u>786 929</u>	<u>2 133 626</u>
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos de médio e longo prazos	494 319	514 000
Amortizações de contratos de locação financeira	—	6 596
Juros e custos similares	836 161	1 033 044
Dividendos	450 136	600 020
Reduções de capital e prestações suplementares	—	—
Aquisição de acções (quotas) próprias	—	—
	<u>1 780 616</u>	<u>2 153 660</u>
<i>Fluxos das actividades de financiamento (3)</i>	<u>— 993 687</u>	<u>— 20 034</u>
Variação de caixa e seus equivalentes $(B)-(A) = (1) + (2) + (3)$	<u>105 671</u>	<u>— 9 052</u>
Caixa a seus equivalentes no início do período (A)	551 137	560 189
Caixa a seus equivalentes no fim do período (B)	656 808	551 137

O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — A Técnica de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira*.

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa do exercício de 1995

1 — Principais movimentos ocorridos nas participações financeiras e respectivo fluxo de caixa:

(Em milhares de escudos)

Sociedade	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor pago	Valor recebido
Efacec — Automação e Robótica, S. A	250 000	—	250 000	—
Liaoyang Efacec Electrical Equipment, Ltd.	32 358	—	32 358	—

2 — Reconciliação dos valores de caixa e seus equivalentes:

(Em milhares de escudos)

	1995	1994
Caixa:		
Numerário	31 215	18 806
Depósitos à ordem	<u>625 590</u>	<u>532 328</u>
	<u>656 805</u>	<u>551 134</u>
Equivalentes a caixa:		
Outros depósitos bancários	—	—
Títulos negociáveis	—	—
Outras aplicações de tesouraria	<u>3</u>	<u>3</u>
	<u>3</u>	<u>3</u>
Caixa e seus equivalentes	<u>656 808</u>	<u>551 137</u>

3 — Outras informações:

O montante de créditos bancários concedidos mas não utilizados é de cerca de 6 000 000 de contos.

Nota. — A omissão dos números de ordem seguintes, significa ausência de matéria a declarar.

O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — A Técnica de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira*.

Anexo ao balanço e à demonstração do resultados em 31 de Dezembro de 1995

Introdução:

A actividade da Efacec compreende uma extensa gama de equipamentos para a produção, transporte e distribuição de energia eléctrica (transformadores, aparelhagem, etc.) e ainda projectos e montagens de sistemas eléctricos de grandes complexos industriais.

Esta diversificada actividade, de nível tecnológico europeu, destina-se tanto ao mercado interno como ao mercado externo.

As exportações efectuadas neste exercício representaram 23,6% das vendas totais da Efacec (20,4% em 1994)

As notas que se seguem estão organizadas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e os valores expressos em milhares de escudos; as notas não indicadas não são aplicáveis ou são materialmente irrelevantes.

1 — Derrogações ao POC:

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do POC.

3 — Critérios valorimétricos:

a) Transacções em moeda estrangeira. — As transacções em moeda estrangeira são convertidas em escudos aos câmbios oficiais vigentes à data da operação. As diferenças de câmbio realizadas no exercício, bem como as potenciais apuradas nos saldos existentes na data do balanço, por referência às paridades vigentes nessa data, integram os resultados correntes do exercício.

b) Reconhecimento de proveitos. — Os proveitos relativos a contratos plurianuais são reconhecidos ao longo da respectiva execução, em função da facturação parcial emitida e proporcionalmente ao respectivo grau de acabamento.

Os proveitos de vendas e os custos respectivos são incluídos nos resultados correntes do exercício em que os produtos são expedidos ou postos à disposição dos clientes.

c) Imobilizações corpóreas. — As imobilizações corpóreas são originalmente contabilizadas pelo respectivo valor histórico de aquisição ou de produção. Os bens adquiridos até 31 de Dezembro de 1991 foram reavaliados em conformidade com os critérios referidos na nota n.º 12, gerando as correspondentes reservas de reavaliação referidas na nota n.º 39.

As reintegrações do imobilizado corpóreo são calculadas segundo o método das quotas constantes e as taxas anuais aplicadas situam-se entre o limite mínimo e o máximo e reflectem satisfatoriamente a vida útil dos bens e estão em conformidade com as indicadas na Portaria n.º 737/81, de 29 de Agosto, ou no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, conforme os bens tenham sido adquiridos em data anterior ou posterior a 31 de Dezembro de 1988, respectivamente. O processo de depreciação inicia-se no mês seguinte àquele em que o bem entrou em funcionamento.

As principais taxas aplicadas são as seguintes:

Edifícios e outras construções — 2% a 4%;
Equipamento básico — 6,25% a 12,5%;
Equipamento de transporte — 20% a 25%;
Equipamento administrativo — 10% a 25%.

d) Imobilizações incorpóreas. — Incluem fundamentalmente, despesas de investigação e desenvolvimento e despesas de instalação, as

quais são amortizadas pelo método das quotas constantes em três anos e cinco anos, respectivamente.

e) Participações financeiras. — É adoptado o método da equivalência patrimonial para valorizar as participações em empresas do grupo e associadas pelo que as participações financeiras figuram no balanço pelo valor que proporcionalmente lhes corresponde nos capitais próprios da empresa participada.

Os títulos e outras aplicações financeiras figuram no balanço pelo respectivo valor de aquisição.

f) Existências. — Consistentemente com o que vem sendo praticado pela sociedade há longos anos, todas as existências foram avaliadas a custos padrão, apurados de acordo com princípios técnicos e contabilísticos adequados, excepto os materiais adquiridos a terceiros especificamente para trabalhos em curso e que são contabilizados pelo respectivo custo real de aquisição.

As provisões para depreciação de existências foram determinadas de forma consistente com anos anteriores, cobrindo razoavelmente os riscos existentes.

Os custos padrão utilizados para as matérias-primas, subsidiárias e de confim mercadorias consideram-se razoavelmente representativos dos respectivos custos de aquisição, incluindo despesas de compra. No que respeita aos produtos acabados e aos produtos e trabalhos em curso, os custos padrão aplicados reflecte razoavelmente os respectivos custos reais directos e indirectos de produção.

g) Provisões para cobranças duvidosas. — São calculadas em função dos riscos de cobrança identificados no final do exercício.

h) Impostos sobre lucros. — Os impostos correntes são contabilizados de acordo com a legislação aplicável. O encargo de IRC neste exercício deve-se exclusivamente à tributação autónoma das despesas confidenciais, uma vez que a matéria colectável é nula devido ao efeito conjugado da exclusão do ganho da equivalência patrimonial no montante de 245 000 contos e dos acréscimos relativos às despesas confidenciais e outras.

i) Complemento de pensões de reforma e invalidez. — Os complementos de pensões de reforma e invalidez, concedidos facultativamente, são relevados contabilisticamente aquando do respectivo pagamento (20 939 contos em 1995 e 19 651 contos em 1994) não se justificando o estudo actuarial da respectiva responsabilidade assumida.

j) Subsídios ao investimento. — Em 1995 não foram obtidos quaisquer subsídios ao investimento (220 276 contos em 1994) para aquisição de imobilizado, os quais são diferidos no balanço e, posteriormente, reconhecidos como proveitos ao longo da vida útil dos bens adquiridos.

k) Encargos com rescisão voluntária de contratos de trabalho. — Os desembolsos relativos à rescisão voluntária de contratos de trabalho são capitalizados e sujeitos a amortização pelo método das quotas constantes ao longo dos 24 meses subsequentes, período em média considerado para o respectivo cálculo. Em consequência, os custos diferidos em 31 de Dezembro de 1995, incluem cerca de 190 000 contos (158 000 contos em 1994), ascendendo a cerca de 122 000 contos (134 000 contos em 1994) as amortizações reconhecidas no exercício, as quais integram a rubrica de despesas com o pessoal.

Adicionalmente, a conta de despesas com o pessoal inclui encargos com rescisão voluntária de contratos de trabalho, suportados em consequência da reestruturação das empresas afiliadas, de cerca de 17 000 contos (39 000 contos em 1994).

l) Custos diferidos. — Os encargos financeiros relacionados com a nova fábrica de transformadores de potência foram diferidos para amortização em seis anos.

4 — Taxas de câmbio utilizadas nas demonstrações financeiras:

V. nota n.º 3, alínea *a)* — Critérios valorimétricos — transacções em moeda estrangeira.

5 — Efeito da utilização de critérios de base fiscal:

A adopção, em certos casos, de critérios de base fiscal não afectou significativamente as demonstrações financeiras.

6 — Impostos futuros:

A tributação futura da sociedade até 1997 será efectuada pelo regime de consolidação fiscal.

7 — Volume de emprego:

Em 1995 o número médio de efectivos foi de 1477 (1492 em 1994).

8 — Imobilizações incorpóreas:

As despesas de instalação referem-se fundamentalmente a despesas com a organização e expansão da empresa. As despesas de investigação

e desenvolvimento referem-se essencialmente a gastos relacionados com o estudo e desenvolvimento de novos produtos que são capitalizados em conformidade com a política referida na nota n.º 3, alínea c), para amortização a partir do mês seguinte à sua utilização.

10 — Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado:

Activo bruto:

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienação	Transf. e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:						
Despesas de instalação	553 355	—	33 564	—	264	587 183
Despesas de investigação e desenvolvimento	483 298	—	317 014	—	—	800 312
Propriedade industrial e outros direitos	41 839	—	11 458	—	—	53 297
Trespasse	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	233 839	—	73 231	—	—	160 608
Adiantam. por conta imobiliz. incorpóreas	—	—	—	—	—	—
	<u>1 312 331</u>	<u>—</u>	<u>288 805</u>	<u>—</u>	<u>264</u>	<u>1 601 400</u>
Imobilizações corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	508 536	—	—	—	—	508 536
Edifícios e outras construções	6 729 546	—	431 306	90	16 434	7 177 196
Equipamento básico	5 759 100	—	335 036	22 728	— 65 805	6 005 603
Equipamento de transporte	1 137 850	—	48 553	16 044	— 11 036	1 159 323
Ferramentas e utensílios	487 402	—	3 286	40	1 275	491 923
Equipamento administrativo	1 125 437	—	191 834	15 109	— 31 277	1 270 885
Taras e vasilhame	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	646 196	—	— 405 062	—	—	241 134
Adiantam. por conta de imobiliz. corpóreas	—	—	—	—	—	—
	<u>16 394 067</u>	<u>—</u>	<u>604 953</u>	<u>54 011</u>	<u>— 90 409</u>	<u>16 854 600</u>
Investimentos financeiros:						
Partes de capital em empresas do grupo	6 251 422	—	143 994	—	—	6 395 416
Empréstimos a empresas do grupo	958 511	—	73 450	—	—	1 031 961
Partes de capital em empresas associadas	15 548	—	2 323	—	—	17 871
Empréstimos a empresas associadas	—	—	—	—	—	—
Títulos e outras aplicações financeiras	76 689	—	32 358	—	—	109 047
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—	—	—
Imobilizações em curso	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de investim. financeiros	—	—	—	—	—	—
	<u>7 302 170</u>	<u>—</u>	<u>252 125</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>7 554 295</u>

Amortizações e provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regulariz.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	303 277	79 151	175	382 603
Despesas de investigação e desenvolvimento	126 094	113 867	—	239 961
Propriedade industrial e outros direitos	28 016	3 247	—	31 263
Trespasse	—	—	—	—
	<u>457 387</u>	<u>196 265</u>	<u>175</u>	<u>653 827</u>
Imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	—	—	—	—
Edifícios e outras construções	3 283 256	252 731	— 15 786	3 520 201
Equipamento básico	2 390 781	280 690	— 54 654	2 616 817
Equipamento de transporte	572 177	101 496	— 17 287	656 386
Ferramentas e utensílios	293 347	36 560	153	330 060
Equipamento administrativo	761 428	120 010	— 39 491	841 947
Taras e vasilhame	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—
	<u>7 300 989</u>	<u>791 487</u>	<u>— 127 065</u>	<u>7 965 411</u>
Investimentos financeiros:				
Títulos e outras aplicações financeiras	—	—	—	—
Outros empréstimos concedidos	—	—	—	—
	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>	<u>—</u>

11 — Custos financeiros capitalizados:

Em 1995, não existiram custos financeiros capitalizados. Em anos anteriores, os custos financeiros capitalizados, relacionados com investimentos efectuados atingiram 780 000 contos.

12 — Legislação utilizada para reavaliação do imobilizado:

As reavaliações do activo imobilizado corpóreo referidas na nota n.º 3, alínea c), foram efectuadas nos termos dos Decretos-Leis n.º 126/77, de 2 de Abril, n.º 219/82, de 2 de Junho, n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro, n.º 118-B/86, de 27 de Maio, n.º 111/88, de 2 de Abril, n.º 49/91, de 25 de Janeiro, e n.º 264/92, de 24 de Novembro.

13 — Reavaliações:

Rubricas	Custos históricos (a)	Reavaliações (a) (b)	Valores contabilist. reaval. (a)
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	19 569	488 967	508 536
Edifícios e outras construções	3 308 505	348 490	3 656 995
Equipamento básico	3 268 509	120 277	3 388 786
Equipamento de transporte	489 955	12 982	502 937
Ferramentas e utensílios	157 812	4 551	161 863
Equipamento administrativo	422 520	6 418	428 938
Taras e vasilhame	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—
	<u>7 666 370</u>	<u>981 685</u>	<u>8 648 055</u>

Investimentos financeiros:

Investimentos em imóveis	—	—	—
--------------------------------	---	---	---

(a) Líquidos de amortizações.

(b) Englobam as sucessivas reavaliações.

14 — Outras informações relativas ao imobilizado:

a) A generalidade das imobilizações corpóreas encontra-se afecta à actividade descrita na introdução a este anexo. As imobilizações localizadas no estrangeiro ascendem a 12 727 contos (12 727 contos em 1994).

b) Custos financeiros capitalizados — v. nota n.º 11.

16 — Participações financeiras:

Firma	Fracção de capital detida (percent.)	Quantidade	Valor de balanço	Resultado do exercício	Capitais próprios
Empresas do Grupo:					
Efacec — Motores Eléctricos, S. A., Ovar	100,0	2 000 000	2 461 712	— 123 192	2 461 712
Efacec — Gestão Informática, S. A., Matosinhos	100,0	50 000	94 938	11 346	94 938
Efacec España, S. A., Madrid	99,9	41 975	10 307	— 10 028	10 307
Efacec Macau, L. ^{da} , Macau	99,7	—	436	—	437
Efacec Benelux, S. A., Bruxelas	99,9	2 498	38 390	— 3 120	38 429
Efacec Oriente, L. ^{da} , Macau	99,8	—	182 539	— 24 335	182 905
Efacec Elevadores, S. A., Matosinhos	100,0	600 000	592 069	— 90 572	592 069
Efacec — Máquinas Hidráulicas, S. A., Póvoa de Varzim	100,0	200 000	150 828	2 590	150 828
Efacec Ambiente, S. A., Porto	100,0	250 000	559 319	123 079	559 319
Efacec — Automação Robótica, S. A., Matosinhos	100,0	150 000	458 635	10 627	458 635
Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., Maia	100,0	800 000	1 718 592	378 772	1 718 589
Efacec — Serv. Manut. Assist. S. A., Matosinhos	60,0	30 000	30 289	1 398	50 482
Moldiamleva — Soc. Inst. Elevadores, L. ^{da} , Amadora	72,7	—	57 458	— 44 120	79 034
CTI — Consórcio Técnico Industrial, S. A., Amadora	52,5	15 758	4 711	566	8 973
Tecnirob — Desenv. Equip. Industriais, S. A., Oeiras	42,8	29 979	—	— 26 440	— 24 375
Microprocessador — Sistemas Digitais, S. A., Porto	20,4	32 640	35 193	— 1 778	172 516
<i>Subtotal</i>			<u>6 395 416</u>		
Empresas associadas:					
Efacec (Thailand), Ltd., Bangkok	30,0	300	1 900	— 1 779	4 163
SADICEC — Máquinas Têxteis, S. A., Valongo	33,2	33 234	—	— 1 013	— 102 906
Efacec ABB — Sistemas de Accionamento, L. ^{da} , Maia	50,0	—	10 553	— 6 042	21 105
NORMED — Mediação Téc. Seg. Ind., S. A., Matosinhos	30,0	3 000	5 418	1 323	4 248
<i>Subtotal</i>			<u>17 871</u>		
Outras empresas			<u>109 047</u>		
<i>Total</i>			<u>6 522 334</u>		

As participações acima mencionadas estão contabilizadas em conformidade com a política descrita na nota n.º 3, alínea e).

19 — Valores de mercado dos elementos do activo circulante:

Não existem diferenças materialmente relevantes entre o valor contabilístico e o valor de mercado dos elementos que integram o activo circulante, excepto no que se refere às existências, cuja quantificação dos ganhos potenciais não é prática.

22 — Valor das existências fora da empresa:

Na data do balanço o valor das existências que se encontravam fora da empresa ascendia a 220 000 contos (640 000 contos em 1994).

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

O valor das dívidas de cobrança duvidosa em 31 de Dezembro de 1995 totaliza 271 858 contos (279 741 contos em 1994), incluído no balanço na conta «218 — Clientes de cobrança duvidosa».

25 — Saldos com o pessoal:

O valor de adiantamentos efectuados ao pessoal ascende a 35 727 contos (39 452 contos em 1994) e as remunerações a pagar ao

pessoal totalizam 576 589 contos (577 655 contos em 1994) sendo 514 394 contos (515 044 contos em 1994) relativos a férias e subsídios de férias que se vencem para pagamento em 1996.

30 — Garantias reais prestadas:

Existe um penhor mercantil a favor do Banco Europeu de Investimento no montante de 1 038 000 contos.

31 — Compromissos financeiros:

Os compromissos financeiros assumidos pela empresa que não figuram no balanço referem-se a contratos relacionados com investimentos em curso que totalizaram 26 582 contos (63 728 contos em 1994).

32 — Garantias prestadas, responsabilidades assumidas e contingências:

As garantias prestadas e responsabilidades assumidas são:

	1995	1994
Letras e outros títulos descontados	617 081	297 954
Garantias bancárias	1 261 132	11 238 950
Créditos abertos	—	6 949
Garantias prestadas a empresas interligadas:		
Efacec — Motores Eléctricos, S. A	550 000	550 000
Efacec Ambiente, S. A	40 000	40 000
Efacec — Máquinas Hidráulicas, S. A	10 000	10 000
Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A	350 000	350 000
Efacec — Serviços de Manutenção e Assistência, S. A	100 000	—
Efacec Oriente, S.A	700 000	400 000
CTI — Consórcio Técnico Industrial, S. A	40 000	40 000
Microprocessador, S. A	190 000	160 000
Efacec Elevadores, S. A	100 000	600 000

As garantias bancárias referem-se praticamente na totalidade a garantias prestadas a clientes para cobertura de eventuais defeitos de fabrico de produtos vendidos.

Não foram prestadas quaisquer garantias a favor de pessoas individuais participantes no capital social.

Além disso a empresa domina totalmente as sociedades Efacec Elevadores, S. A., Efacec — Máquinas Hidráulicas, S. A., Efacec Ambiente, S. A., Efacec — Motores Eléctricos, S. A., Efacec — Sistemas de Electrónica, S. A., Efacec — Automação e Robótica, S. A., e Efacec — Gestão e Informática, S. A., pelo que assume relativamente a essas sociedades, as responsabilidades previstas no Código das

Sociedades Comerciais. A sociedade emitiu *side letters* a favor da banca, garantindo o pagamento dos valores não cobertos pela apólice de seguro de crédito, no montante de 500 000 contos, concedidos a um cliente, os quais se destinam a liquidar fornecimentos efectuados pela sociedade.

33 — Diferenças de câmbio diferidas:

V. nota n.º 11.

34 — Movimentos das provisões:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Saldo final
19 — Provisões para aplicações de tesouraria	—	—	—	—
28 — Provisões para cobranças duvidosas	156 682	21 413	—	178 095
29 — Provisões para riscos e encargos	—	—	—	—
39 — Provisões para depreciação de existências	41 068	—	14 947	26 121
49 — Provisões para investimentos financeiros	—	—	—	—
	197 750	21 413	14 947	204 216

36 — Decomposição do capital social:

No final do exercício, o capital social está representado por 7 500 000 acções escriturais com o valor nominal unitário de 1000\$.

37 — Pessoas colectivas com participação igual ou superior a 20% do capital da empresa:

A sociedade não conhece pessoas colectivas que detenham, pelo menos, 20% do seu capital.

39 — Reservas de reavaliação:

Valor global das reservas de reavaliação	3 705 896
Parte utilizada em exerc. anteriores para aumentar o capital social	— 3 705 693
Saldo das reservas de reavaliação, no final do exercício	203

40 — Movimentos nos capitais próprios:

Contas	Saldo inicial	Movimento do exercício	Saldo final
51 — Capital	7 500 000	—	7 500 000
52 — Acções próprias	—	—	—
54 — Prémio de emissão de acções	2 647 500	—	2 647 500
55 — Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	726 394	— 32 456	693 938

Contas	Saldo inicial	Movimento do exercício	Saldo final
56 — Reservas de reavaliação	203	—	203
571 — Reservas legais	439 151	36 500	475 651
573 — Reservas contratuais	131 890	—	131 890
574 — Reservas livres	1 741 290	236 884	1 978 174
88 — Resultados líquidos	723 383	— 723 383 20 602	20 602
	13 909 811	— 461 853	13 447 958

Resumo dos movimentos ocorridos no exercício:

Capitais próprios em 31 de Dezembro de 1994	13 909 811
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	— 32 456
Dividendos distribuídos	— 450 000
Lucro líquido do exercício de 1995	20 602
	13 447 958

As reservas legal e de reavaliação, assim como as relativas a prémios de emissão não estão disponíveis para distribuição, apenas podendo ser utilizadas para aumentar o capital social ou compensar prejuízos. As reservas contratuais só podem ser movimentadas para aumentar o capital social.

Pelo menos 5% do lucro líquido apurado no exercício deverá ser utilizado para reforçar a reserva legal, até que esta represente 20% do capital social.

41 — Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	23 198	988 265
Compras	534 926	10 293 335
Regularização de existências	— 86	—
Existências finais	16 093	960 754
Custos no exercício	541 945	10 315 846

42 — Variação da produção:

Movimentos	Produtos acabados e intermédios	Subprod., desperd., resíduos e refugos	Produtos e trabalhos em curso
Existências finais	243 331	—	2 843 705
Regulariz. de existências	—	—	12 914
Existências iniciais	258 830	—	3 821 480
Aumento/redução no exercício	— 15 499	—	— 964 861

43 — Remunerações atribuídas aos órgãos sociais:

	1995	1994
Conselho de administração	41 155	39 482
Conselho fiscal	2 196	2 169

44 — Distribuição das vendas e prestações de serviços por mercados:

	1995	1994
Mercado interno	17 418 653	16 156 430
Exportação	5 378 623	4 150 098
<i>Total</i>	22 797 276	20 306 528

45 — Demonstração dos resultados financeiros:

	1995	1994
681 — Juros suportados	612 619	580 139
682 — Perdas em empresas do grupo e associadas (a)	287 176	62 559
683 — Amortizações de investimentos em imóveis	—	—
684 — Provisões para aplicações financeiras	—	—
685 — Diferenças de câmbio desfavoráveis	214 532	220 241
686 — Descontos de pronto pagamento concedidos	27 449	69 866
687 — Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
688 — Outros custos e perdas financeiros	57 566	53 372
Resultados financeiros	— 451 715	— 243 481
	747 627	742 696

PROVEITOS E GANHOS

	1995	1994
781 — Juros obtidos	17 192	34 287
782 — Ganhos em empresas do grupo e associadas (a)	532 454	586 561
783 — Rendimentos de imóveis	—	—
784 — Rendimentos de participações de capital	—	—
785 — Diferenças de câmbio favoráveis	133 879	41 701
786 — Descontos de pronto pagamento obtidos	21 971	39 069
787 — Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	—	—
788 — Outros proveitos e ganhos financeiros	42 131	41 078
	747 627	742 696

(a) Refere-se à quota-parte nos resultados do exercício de 1994 e 1995 das empresas do grupo e associadas [v. nota n.º 3, alínea e)].

46 — Demonstração dos resultados extraordinários:

CUSTOS E PERDAS

	1995	1994
691 — Donativos	4 632	6 986
692 — Dívidas incobráveis	—	—
693 — Perdas em existências (sinistros)	—	10 352
694 — Perdas em imobilizações (alienações)	7 429	587
695 — Multas e penalidades	213	104
696 — Aumentos de amortizações e de provisões	—	—
697 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	—
698 — Outros custos e perdas extraordinárias	3 060	66 123
Resultados extraordinários	<u>136 450</u>	<u>138 708</u>
	151 784	222 860

PROVEITOS E GANHOS

	1995	1994
791 — Restituição de impostos	40	153
792 — Recuperação de dívidas	11	686
793 — Ganhos em existências	7 406	13 456
794 — Ganhos em imobilizações	4 077	9 314
795 — Benefícios de penalidades contratuais	252	—
796 — Reduções de amortizações e de provisões	14 946	23 557
797 — Correções relativas a exercícios anteriores	—	—
798 — Outros proveitos e ganhos extraordinários (a)	<u>125 052</u>	<u>175 694</u>
	151 784	222 860

(a) Refere-se fundamentalmente à parcela dos subsídios diferidos que foi reconhecida como proveito em 1994 e 1995 [v. nota n.º 3, alínea j)].

47 — Outras informações requeridas por diplomas legais:

A sociedade tem a sua situação contributiva, perante a segurança social, devidamente regularizada (Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro).

48 — Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados:

a) Saldos e transacções com empresas do grupo e associadas:

Créditos a curto prazo	1 629 872
Créditos a médio e a longo prazos	30 141
Empréstimos de financiamento	1 031 960
Débitos a curto prazo	1 449 255
Compras para existências	1 033 168
Compras para imobilizado	69 183
Vendas de produtos e prestações de serviços	2 030 969
Vendas de imobilizado	2 427
Proveitos diferidos	222 120
Outros proveitos	391 355
Outros custos	426 090

Durante o exercício de 1995, os empréstimos obtidos de empresas do grupo não venceram juros.

b) Empréstimos a médio e a longo prazos:

Incluem 1 190 000 contos denominados em moeda estrangeira (ECU, francos suíços e ienes), referentes aos empréstimos contraídos junto do Banco Europeu de Investimento, cuja amortização decorrerá até 1998.

Em 1995, a *tranche* francos suíços em dívida, foi objecto de uma operação *swap* para escudos, encontrando-se totalmente coberta até ao fim da vida do empréstimo.

As restantes moedas, quando as condições e expectativas do mercado o justificam, são objecto de coberturas pontuais para os reembolsos seguintes.

c) Custos diferidos:

Incluem 498 000 contos (609 000 contos em 1994) de encargos financeiros de financiamento relacionados com a nova fábrica dos transformadores de potência e 190 000 contos (158 000 contos em 1994) de encargos com rescisão voluntária de contratos de trabalho.

d) Proveitos diferidos:

Referem-se a subsídios ao investimento no montante de 1 202 000 (1 315 000 contos em 1994) contos e a facturação emitida sem reconhecimento de proveitos no montante de 817 000 contos (1 456 000 contos em 1994).

A facturação emitida sem reconhecimento de proveitos é transferida para resultados aquando do fecho parcial ou total das instalações.

e) Acréscimos de custos:

Refere-se essencialmente a férias e a subsídio de férias que se vencem para pagamento em 1996 (v. nota n.º 25).

f) Informação relativa a contratos de construção em curso:

Foram reconhecidos em 1995 e em anos anteriores proveitos e custos de 6367 milhares de contos e 5832 milhares de contos, respectivamente.

As importâncias já recebidas em 1995 e em anos anteriores atingiram o valor de 1167 milhares de contos e os valores a receber serão de 1180 milhares de contos.

g) Cobertura cambial:

Algumas das principais encomendas recebidas em 1995, foram objecto de contratos de cobertura de risco cambial. No final do exercício, os contratos ascendiam a cerca de 3 milhões de contos, totalmente referidos a dólares, tendo subjacentes encomendas a facturar em 1996.

h) Transacções e eventos subsequentes:

Em 1996 a sociedade adquiriu 497 700 acções próprias por 634 106 contos.

O Conselho de Administração: *Alfredo Jorge Nobre da Costa*, presidente — *José Ricardo Marques da Costa*, vice-presidente — *Guilherme Ricca Gonçalves*, vice-presidente — *Rui Gilberto Sabino Marques*, administrador-delegado — *Fernando Pinto Oliveira* — *Rui de Faria Lélis*, nomeado pelo BPI — Banco Português de Investimento, S. A. — *Rui Manuel Parente Chancerelle de Machete*. — A Técnica de Contas, *Maria Elisa Loureiro Moreira Pereira de Oliveira*.

Certificação legal das contas e relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a certificação legal das contas e o relatório de auditoria sobre o relatório de gestão e as demonstrações financeiras anexas da Efacec — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 1995 (que evidencia um total de 30 418 235 contos e um total de capital próprio de 13 447 958 contos, incluindo um resultado líquido de 20 602 contos), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data, o anexo ao balanço e à demonstração dos resultados e a demonstração dos fluxos de caixa e anexo do exercício findo naquela data.

2 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade da administração da empresa a preparação de informação financeira que respeite os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários, nomeadamente, o relatório de gestão e as demonstrações financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira acima referida, designadamente no que respeita à aderência aos princípios acima mencionados, com o objectivo de expressar uma opinião profissional e independente sobre essa informação, baseada na nossa auditoria.

4 — *Âmbito.* — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela administração da empresa, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;

A apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;

A apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras;

A verificação de estarem satisfeitos os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade definidos no Código do Mercado de Valores Mobiliários.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda o relatório de gestão, tendo incluído a verificação da sua concordância com a informação financeira divulgada.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião.* — Em nossa opinião, a informação financeira constante dos mencionados documentos apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Efacec — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S. A., em 31 de Dezembro de 1995, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e satisfaz os princípios de suficiência, veracidade, objectividade e actualidade exigidos pelo Código do Mercado de Valores Mobiliários.

Porto, 12 de Março de 1996. — César Gonçalves, João Rodrigues & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Jorge de Oliveira Rodrigues.

Relatório e parecer do conselho fiscal

1 — No exercício das funções de conselho fiscal, procedemos à análise das operações realizadas pela sociedade, verificámos a regularidade dos seus livros e registos contabilísticos e da respectiva documentação, procedemos às inspecções físicas necessárias de bens e valores

patrimoniais, vigiámos a observância da lei e dos estatutos e inteirámos-nos dos actos do conselho de administração, o qual, nos apresentou sempre as provas e esclarecimentos pedidos. Como nos compete no âmbito das funções do conselho fiscal, apreciamos também (i) o relatório de gestão, (ii) as contas do exercício de 1995, compreendendo o balanço em 31 de Dezembro de 1995, as demonstrações dos resultados e de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos ao balanço e à demonstração dos resultados e à demonstração de fluxos de caixa e (iii) a certificação legal das contas elaborada pela sociedade de revisores oficiais de contas membro deste conselho fiscal.

2 — O conselho fiscal manifesta a sua concordância com os termos da certificação legal das contas.

3 — O conselho fiscal analisou também o relatório anual da fiscalização efectuada pela sociedade de revisores oficiais de contas, tendo concluído que o seu conteúdo, embora de relevância informativa complementar não afecta significativamente os documentos de prestação anual de contas da sociedade.

4 — Nesta conformidade, consideramos que os documentos referidos no ponto 1 acima, permitem no seu conjunto uma boa compreensão da situação financeira da Efacec — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S. A., em 31 de Dezembro de 1995, dos seus resultados e dos fluxos de caixa no exercício então findo.

Assim, damos o nosso parecer no sentido de que:

1.º Sejam aprovados o relatório do conselho de administração e as contas referentes ao exercício de 1995;

2.º Seja aprovada a proposta de aplicação dos resultados de 1995 apresentada pelo conselho de administração.

5 — Finalmente, o conselho fiscal expressa o seu agradecimento ao conselho de administração, à direcção e a todo o pessoal da sociedade com quem contactou, pela valiosa colaboração recebida.

Porto, 12 de Março de 1996. — O Conselho Fiscal: *Ruy Octávio Matos de Carvalho*, presidente — César Gonçalves, João Rodrigues & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, vogal, representada por João Jorge de Oliveira Rodrigues — João Paulo Vaz Pacheco de Castro, vogal.

Acta n.º 72 da assembleia geral

Aos 15 dias do mês de Abril de 1996, pelas 15 horas, na sua sede social sita à Arroteia, freguesia de Leça do Balio, concelho de Matosinhos, reuniram-se os accionistas desta empresa em assembleia geral anual.

Assumiu a presidência da mesa da assembleia o presidente eleito, Dr. Delmar de Sousa Vieira, tendo secretariado a reunião os engenheiros Eugénio Ávila Ramos e Rui Cardinal da Costa Reis, ambos secretários eleitos.

Constituída assim a mesa da assembleia geral, o presidente procedeu à verificação dos anúncios convocatórios publicados:

No *Diário da República*, n.º 64, 3.ª série, de 15 de Março;

No jornal *Matosinhos Hoje*, de 15 de Março;

No jornal *Diário de Notícias*, edição norte e edição sul, de 15 de Março,

todos do corrente ano, e como estavam presentes ou representados accionistas que por si e pelos seus mandantes são possuidores de 1 555 192 acções representativas de 22,2% do capital social — deduzido das acções próprias actualmente em carteira — verificou estar a assembleia legalmente convocada, constituída e em condições da validamente deliberar sobre os pontos da ordem do dia, pelo que declarou aberta a sessão.

O presidente verificou também a presença do conselho de administração representado pelos administradores:

Eng. Rui Gilberto Sabino Marques, administrador-delegado;

Eng. Guilherme Ricca Gonçalves, vice-presidente;

Eng. Fernando Pinto Oliveira;

Dr. Rui de Faria Lélis,

e do conselho fiscal, representado pelo Dr. João Jorge de Oliveira Rodrigues, vogal, designado por César Gonçalves, João Rodrigues e Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

No período antes da ordem do dia, o presidente da mesa dirigiu à assembleia a seguinte mensagem e proposta:

Como os accionistas sabem, faleceu o nosso muito ilustre presidente do conselho de administração e amigo Eng. Alfredo Nobre da Costa, que esteve profunda e empenhadamente ligado à vida e ao crescimento da Efacec por mais de três décadas, primeiro como vogal e depois como presidente do conselho de administração.

É de todos conhecida a extrema dedicação do Eng. Nobre da Costa à empresa, ao ponto da sua imagem e da imagem da Efacec se confundirem junto do grande público. O desenvolvimento da Efacec e do Grupo muito aproveitaram do seu trabalho, empenho, dinamismo e clarividência.

Ao homem público prestaram homenagem, além do mais, com a sua presença nas exéquias fúnebres, os mais insígnios políticos do País e os órgãos de comunicação social de divulgação nacional, incluindo os canais de televisão, salientaram os vários aspectos da sua multifacetada e rica personalidade.

Em conformidade com o referido, e no que respeita quer à Efacec — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S. A., quer ao Grupo Efacec, na minha qualidade de presidente da mesa da assembleia geral proponho que esta assembleia aprove um voto de gratidão pelo seu contributo à empresa e ao Grupo, e um voto de profundo pesar pelo seu passamento.

Posta à discussão esta proposta, foi pelo accionista e administrador Eng. Fernando Pinto Oliveira também proposto que a aprovação da referida proposta fosse comunicada à família do Eng. Nobre da Costa.

Por nenhum outro senhor accionista querer usar da palavra, o presidente submeteu as ditas propostas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade.

Passando em seguida aos trabalhos da assembleia, o presidente da mesa procedeu à leitura da convocatória, cuja ordem do dia era do seguinte teor:

1.º a) Apreciação e votação do relatório de gestão e contas da sociedade e do relatório do conselho fiscal relativos ao exercício de 1995;

b) Deliberação sobre a proposta de aplicação dos resultados apurados no exercício de 1995;

c) Apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

d) Eleição dos membros dos órgãos sociais para o quadriénio de 1996-1999.

2.º Apreciação e votação do relatório consolidado de gestão e das contas consolidadas do Grupo de empresas Efacec e ainda do relatório do conselho fiscal que lhes corresponde relativos ao exercício de 1995;

3.º Deliberação sobre compra e venda de acções próprias.

O presidente da mesa concedeu então a palavra ao administrador-delegado que comentou, para a assembleia, a maneira como decorreu o exercício de 1995, o comportamento dos mercados interno e externos, a conjuntura cambial que se viveu no período, o desenvolvimento importante da internacionalização das actividades do Grupo, e que terminou a sua exposição evocando uma previsão favorável para 1996, quer em termos de desenvolvimento dos negócios quer em termos de resultados esperados.

Retomando a palavra, o presidente da mesa consultou a assembleia sobre se deveria fazer-se a leitura do relatório do conselho de administração da Efacec — Empresa Fabril de Máquinas Eléctricas, S. A., do balanço e da demonstração dos resultados e dos seus anexos, bem como do relatório e parecer do conselho fiscal, a qual, por unanimidade, dispensou tal leitura, em virtude de os referidos elementos terem estado à disposição dos accionistas com a devida antecedência legal.

Postos à discussão estes documentos, e não tendo nenhum dos accionistas desejado usar da palavra, foram submetidos à votação tendo sido na generalidade aprovados por unanimidade.

Foram, em seguida, os mesmos documentos submetidos à apreciação na especialidade, não tendo igualmente nenhum accionista desejado usar da palavra.

Pelo presidente foi então solicitado que a assembleia se pronunciasse na especialidade, votando as propostas contidas nos referidos documentos, isto é:

a) Aprovação do relatório do conselho de administração e das contas referentes ao exercício de 1995;

b) Aprovação do relatório e parecer do conselho fiscal respectivos;
c) Aprovação da proposta de aplicação de resultados de 1995 apresentada pelo conselho de administração.

Em consequência, foram aprovados por unanimidade todos os referidos documentos, incluindo a proposta de aplicação dos resultados líquidos do exercício, no valor de 20 602 276\$80, que será a seguinte:

Para reserva legal: 1 050 000\$;

Para reservas livres: 19 552 276\$80.

Passando ao assunto da alínea c) do ponto 1, da ordem do dia, o presidente disse que nos termos do artigo 376.º do Código das Sociedades, a assembleia deverá proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade. Interpelada nesse sentido a assembleia, o accionista Eng. Anacleto Abrantes Cardoso apresentou à mesa a seguinte proposta:

Face aos esclarecedores relatórios de gestão e contas, patenteando a consolidação do património da empresa;

Face à clarividência do parecer e relatório do conselho fiscal e à certificação legal das contas,

proponho que como manifestação do nosso apreço seja exarado na acta um voto de confiança ao conselho de administração e ao conselho fiscal e que os seus actos sejam considerados conformes com os interesses empresariais.

Tal proposta foi lida à assembleia pelo presidente, tendo sido submetida à votação e aprovada por maioria, com a abstenção dos accionistas membros do conselho de administração que se encontravam presentes.

Entrou-se em seguida no ponto da ordem do dia relativo à eleição dos membros dos órgãos sociais da sociedade para o quadriénio 1996-1999.

O presidente informou a assembleia de que recebera do accionista Eng. Guilherme Ricca Gonçalves uma lista para o conjunto dos órgãos sociais a eleger, e concedeu a palavra a este senhor accionista, o qual expôs à assembleia a ideia, que a esta lista presidia, de um conselho mais executivo, pela criação de entre os seus membros de uma comissão executiva (nos termos do § 3 do artigo 9.º dos estatutos da sociedade).

Esta comissão executiva asseguraria a gestão das actividades da sociedade e do Grupo nos aspectos industriais e comerciais, no desenvolvimento do processo de internacionalização e na optimização e desenvolvimentos das áreas financeiras e contabilísticas.

Tendo a assembleia sido consultada sobre a eventual existência de outras listas, nenhuma outra foi apresentada.

A assembleia, após apreciação da lista apresentada, votou por unanimidade a aprovação da mesma, tendo assim sido eleitos:

Para a mesa da assembleia geral:

Delmar de Sousa Vieira, presidente.

Eugénio Ávila Ramos, secretário.

Rui Manuel Cardinal da Costa Reis, secretário.

Para o conselho de administração:

Rui Gilberto Sabino Marques.

Guilherme Ricca Gonçalves.

José Ricardo Marques da Costa.

Fernando Pinto Oliveira.

José Manuel Duarte Vieira.

Manuel Oliveira Marques.

Rui de Faria Lélis, nomeado por BPI — Banco Português de Investimento, S. A.

Para o conselho fiscal:

Ruy Octávio Matos de Carvalho, presidente.

César Gonçalves, João Rodrigues & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por João Jorge de Oliveira Rodrigues, vogal.

João Paulo Vaz Pacheco de Castro, vogal.

José Manuel Ruivo da Pena, vogal suplente.

Para a comissão de remunerações:

Eugénio Ávila Ramos.

Rui Manuel Cardinal da Costa Reis.

Delmar de Sousa Vieira.

O presidente declarou eleitos e desde já empossados nos respectivos cargos os novos membros, cujos mandatos terminarão na data da assembleia geral anual que apreciará e aprovará as contas relativas ao exercício de 1999.

Na sequência da ordem do dia, foi posta à consideração da assembleia a leitura ou não do relatório consolidado do conselho de administração e das contas consolidadas e seus anexos, bem como do relatório e parecer do conselho fiscal respectivos, referentes ao Grupo Efavec, exercício de 1995.

Esta leitura foi dispensada pela assembleia.

Foram estes documentos então apreciados na generalidade e aprovados por unanimidade.

Foram em seguida apreciados os mesmos documentos na especialidade. Não tendo havido nenhum accionista que desejasse usar da palavra, foram os mesmos submetidos à votação na especialidade e aprovados por unanimidade.

Seguidamente entrou-se no último assunto da ordem do dia tendo o presidente informado a assembleia de que o conselho de administração lhe tinha entregue uma proposta devidamente fundamentada relativa à compra e venda de acções próprias, a cuja leitura se procedeu, e que é do seguinte teor:

Fica o conselho de administração autorizado a comprar e a vender acções próprias até à quantidade máxima de 750 000 detidas, no prazo de 18 meses, através da Bolsa e ou a quem entender, aos preços e demais condições que julgar convenientes.

O presidente da mesa deu então a palavra ao administrador-delegado que lembrou ser vantajoso, para uma correcta política de gestão, dispor o conselho de administração de uma deliberação da assembleia geral permitindo comprar e vender acções próprias, nos termos permitidos pela lei.

Dado que a deliberação que actualmente existe chegará ao seu termo no próximo mês de Setembro, e a fim de que o limite do prazo para estas operações possa ir para além desta data, se tal for julgado vantajoso, decidiu o conselho de administração propor à assembleia a aprovação de uma nova deliberação neste sentido.

O presidente consultou a assembleia sobre se algum dos accionistas desejaria usar da palavra sobre este assunto.

Não tendo havido nenhum accionista que desejasse usar da palavra, procedeu-se então à votação da proposta apresentada pelo conselho de administração, tendo esta sido aprovada, nos seus precisos termos, por unanimidade.

E por nada mais haver a tratar, foi encerrada a sessão, dela se lavrando a presente acta, que vai ser assinada, pelos membros da mesa.

(Sem assinaturas.)

3000217880

SANTARÉM

CONSTÂNCIA

CAIMA ENERGIA — EMPRESA DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ENERGIA, S. A.

Sede social: Constância Sul, 2250 Constância

Conservatória do Registo Comercial de Constância. Matrícula n.º 91/980112; identificação da pessoa colectiva n.º 504037633; data da apresentação: 28 de Abril de 2000.

Maria de Fátima Ascenso Rodrigues Tapadas, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Constância:

Certifica, que as cópias que se seguem são a reprodução integral dos documentos que serviram de base ao registo de prestação de contas, relativas ao exercício de 1999.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Constância, 12 de Maio de 2000. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Fátima Ascenso Rodrigues Tapadas*.

Relatório e contas de 1999

Relatório de gestão

No exercício de 1998, foi autorizada pela Direcção-Geral de Energia, a transferência de titularidade das licenças de estabelecimento das instalações de produção de energia, de propriedade da sociedade, que se encontravam em nome da accionista única, Companhia de Celulose do Caima, S. A.

Usando da faculdade concedida às empresas de cogeração foi também autorizada, durante o ano de 1999, a isenção de ISP relativamente ao consumo de fuelóleo na produção de energia eléctrica e térmica na central de cogeração.

Actividade industrial

Os proveitos da empresa correspondem, nos dois primeiros meses, ao pagamento, pela accionista única, da utilização das instalações e equipamentos integrados na geração de energia e nos restantes meses à venda de energia e vapor, no âmbito do contrato firmado com a accionista única.

O projecto de aproveitamento da biomassa constituída pela casca dos toros de eucalipto para a produção adicional de energia no montante estimado de 3 218 300 milhares de escudos, progrediu de forma prevista durante o exercício esperando-se que arranque no 3.º trimestre de 2000.

De acordo com os objectivos do projecto os excedentes de energia serão vendidos à rede eléctrica nacional.

Actividade financeira

O resultado operacional no exercício foi negativo de 44 243 140\$38, e o resultado líquido, também negativo, de 44 647 961\$78.

Proposta de aplicação de resultados

Propõe-se que o resultado líquido negativo de 44 647 961\$78, seja transferido para a conta de resultados transitados.

Perspectivas

O exercício de 2000 será essencialmente centrado na produção de energia eléctrica, quer para fornecimento à accionista única quer na venda dos excedentes à rede eléctrica nacional.

Agradecimentos

O conselho de administração aproveita a oportunidade para agradecer à accionista e ao fiscal único o seu incondicional apoio.

Constância, 23 de Março de 2000. — O Conselho de Administração: *Paulo Jorge dos Santos Fernandes — José Manuel Marques Pedrosa — João Manuel de Almeida Oliveira Baptista*.

Anexo ao relatório de gestão

No cumprimento das disposições consignadas no Código das Sociedades Comerciais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 262/88, de 2 de Setembro, a seguir referidos, informa-se o seguinte:

1 — Para efeitos do disposto no artigo 447.º, n.º 5, informa-se que nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização da sociedade eram detentores de acções na mesma, nem haviam efectuado quaisquer transacções com aqueles títulos em 1999.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 448.º, n.º 4, a relação dos accionistas com participações iguais ou superiores a 10% é a seguinte:

Companhia de Celulose do Caima, S. A. — 100%

O Conselho de Administração: *Paulo Jorge dos Santos Fernandes — José Manuel Marques Pedrosa — João Manuel de Almeida Oliveira Baptista*.